

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**. Discurso e textualidade. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p. 13-28.

Introdução

A análise do discurso (...) na perspectiva que trabalha o sujeito, a história, a língua – se constitui (...) das consequências teóricas estabelecidas por três rupturas (...): (...) a linguística, (...) a psicanálise e (...) o marxismo. Com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente; (...). Com o marxismo (...) que a história tem sua materialidade; (...) com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade. p. 13.

Essas formas de conhecimento vão constituir um lugar teórico propício à elaboração da análise de discurso, (...) [mas]. Como diz Michel Pêcheux (...), não se trata de se fazer uma adição ingênua dos três (...) em uma teoria do discurso. (...) Ao contrário, o objeto discurso se constitui em um seu sentido próprio, pensando a materialidade discursiva que não é apenas um “reflexo” da mistura dos três campos (...). A análise de discurso tem seu método e seu objeto próprios que tocam os bordos da linguística, da psicanálise, do marxismo, mas que não se confundem com eles. (...) a análise de discurso (...) os pressupõe (...). . p 13.

E isto acontece nos anos 60 do século XX, momento em que a leitura suscita questões à respeito da interpretação. Autores (...) da época interrogaram o que ler quer dizer. (...) Abre-se aí um lugar teórico (...) para a análise de discurso. O que ler significa? p. 13-14.

(...) a análise de discurso vai-se constituir como uma disciplina de entremeio. (...) na contradição dos três campos de saber (...) ela terá um particular desenho disciplinar. p. 14.

A análise de discurso se faz entre a linguística e as ciências sociais, interrogando a linguística que pensa a linguagem mas exclui o que é histórico-social e interrogando as ciências sociais na medida em que estas não consideram a linguagem (...). [Mas] a análise de discurso não é uma resposta a essas questões. (...) para respondê-las é necessário deslocar-se de terreno constituindo outra região teórica em que o sócio-histórico e o linguístico se relacionam de maneira constitutiva e não periférica. p. 14.

1. Língua e fala, língua e discursos

(...) no entremeio entre a linguística e as ciências sociais, a análise de discurso descola a dicotomia entre língua e fala e propõe uma relação não dicotômica entre língua e discurso. p. 14.

Segundo Saussure a língua é o sistema onde tudo se mantém. (...). É social, (...) a fala é (...) histórica, (...). Ao separar língua e fala, separa-se ao mesmo tempo o que é social e o que é histórico. p. 14.

A dicotomia saussuriana (...) fazia com que se pudesse analisar a língua (...) mas tornava impossível a análise da fala, (...). Ao deslocar, (...) para a relação língua e discurso, o discurso desta vez é sujeito à análise de seu funcionamento, (...). No discurso temos o social e o histórico indissociados. p. 14.

2. O que é Discurso

(...) Pêcheux (...) vai dizer que o discurso (...) é efeito de sentidos entre locutores. p. 14.

(...) significa descolar a análise de discurso do terreno da linguagem como instrumento de comunicação. (...) sair do compartimentalismo que preside a relação entre locutores como relação de estímulo e resposta (...). p. 14.

(...) o sujeito e a situação que tinha sido postos para fora da análise linguística, contam (...) para a análise de discurso. (...) na medida em que são redefinidos discursivamente como partes das condições de produção do discurso. (...) sua exterioridade. p. 15.

3. Condições de produção

As condições de produção incluem pois os sujeitos e a situação. A situação (...), pode ser pensada em seu sentido estrito (...) e (...) lato. Em sentido estrito (...) as circunstâncias da enunciação, (...) o contexto imediato. No sentido lato, (...) o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. (...) na prática não podemos dissociar um do outro, (...) em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente. (...) Faz ainda parte das condições de produção a memória discursiva, o interdiscurso, (...). p. 15.

O sujeito na análise de discurso (...) é (...) a posição sujeito projetada no discurso. (...) há em toda língua mecanismos de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso. (...) O enunciador e o destinatário, (...) são pontos da relação de interlocução, (...) diferentes posições sujeito. p. 15.

E isto se dá no jogo das chamadas formações imaginárias que presidem todo discurso: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a (...) que faz de seu interlocutor, a (...) do objeto do discurso. p. 15.

Temos ainda a possibilidade da “antecipação” que é a capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição e antecipando-lhe a resposta. p. 16.

(...) em relação a esse imaginário o que conta é a projeção da posição social no discurso. (...) a imagem que nossa sociedade faz (...). p. 16.

(...) as relações de sentidos, (...) o que dizemos tem relação com outros dizeres e (...) isto faz parte dos efeitos de sentidos de nosso dizer. Todo discurso é (...) aberto em suas relações de sentidos. p. 16.

(...) relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa. (...) essas posições não são neutras (...). p. 16.

4. A análise, o texto, o discurso

A análise de discurso tem como unidade o texto. (...) o texto constitui o discurso, sua materialidade. (...) em seu funcionamento o texto produz sentido. p. 16.

(...) o texto em seu funcionamento é pensá-lo em relação às suas condições de produção, (...) sua exterioridade. (...) o texto [não] como documento (...) mas como monumento (...). p. 16.

(...) primeiro passo da análise, (...) toma o material bruto linguístico (...) e (...) procederá a de-superficialização (...). Obterá (...) o objeto discursivo (...) segundo passo (...) sobre o objeto discursivo procurando determinar que relação este estabelece com as formações ideológicas. (...) o processo discursivo. (...) de posse do funcionamento discursivo que pode ser generalizado para outros conjuntos de materiais (...). O processo discursivo é definido por (...) Pêcheux (...) como o sistema de relações de substituição (...) que funciona entre elementos linguísticos (...) em uma formação discursiva. p. 16-17.

5. Formação Discursiva e Interdiscurso

(...) o sentido de uma palavra (...) não existe em si mesmo (...) é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico (...). Elas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. As formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. p. 17.

Chamamos (...) formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, (...) determina o que pode e deve ser dito. (...) os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (...) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. É assim que não podemos pensar o sentido e o sujeito sem (...) a ideologia. Do mesmo modo (...) a ideologia, em termos discursivos, sem (...) a linguagem. p. 17.

O discurso é a materialidade (...) da ideologia e a língua (...) do discurso. (...) temos a relação entre língua e ideologia afetando a constituição do sujeito e do sentido. (...) sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. É pleo fato (...) de dizer que o sujeito se (...) constitui. p. 17.

(...) uma palavra, (...) se constitui pela sua inserção em uma formação discursiva (...) ela não terá um sentido (...) próprio, (...) mas o sentido da sua inscrição na formação discursiva. p. 17.

(...) a posição sujeito e o sentido são relativos à inscrição a uma formação discursiva. (...) Não há uma essência do sentido. Ele é sempre uma relação que tem a ver com o conjunto de formações discursivas. p. 17-18.

O conjunto de formações discursivas, (...) forma um complexo com dominante. (...) é o que chamamos de interdiscurso (...). p. 18.

O interdiscurso determina a formação discursiva. (...) é irrepresentável. (...) constituído de todo dizer já-dito. (...) o saber, a memória discursiva. (...) que preside todo dizer. (...) é pelo funcionamento do interdiscurso que o sujeito não pode reconhecer sua subordinação-assujeitamento ao Outro, (...) pelo efeito de transparência, esse assujeitamento se apresenta sob a forma de autonomia. O Outro aí é o interdiscurso. (...) para o sentido as coisas não são diferentes. Para que uma palavra tenha sentido é preciso que ela já faça sentido (...). A isso chamamos de historicidade (...). p. 18.

Ao efeito de evidência do sentido corresponde o efeito de interpelação-assujeitamento do sujeito discursivo. p. 18.

6. Sujeito

Segundo Althusser (...), todo indivíduo (...) só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma-sujeito. A forma-sujeito, (...) é a forma de existência histórica (...), agente das práticas sociais. É examinando as propriedades discursivas da forma-sujeito que nos deparamos com o ego-imaginário, como sujeito do discurso. (...) [que] se constitui pelo esquecimento do que determina, pois é do funcionamento da ideologia (...) que resulta a interpelação dos indivíduos em sujeitos (...). Interpelação que se realiza através do complexo das formações ideológicas e, (...) interdiscurso (...), fornecendo a cada sujeito sua “realidade” enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, (...). p. 18.

(...) não podemos pensar o sujeito como origem de si. Aí se estabelece o teatro da consciência segundo o qual o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, (...). Dessa interpelação (...) resulta uma forma-sujeito histórica. Esta por sua vez sofre um processo de individualização pelo Estado (...) o indivíduo (...) social, resultado de processos institucionais de individualização. (...) a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina. (...) essa identificação, fundadora da unidade imaginária do sujeito apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. Daí se dizer que a ideologia não tem exterioridade. O desdobramento do sujeito, (...) como tomada de consciência de seus objetos -, é uma reduplicação da identificação, (...) na

medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito. p. 18-19.

(...) o assujeitamento é a própria possibilidade de ser sujeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito à (língua) para ser sujeito (o que diz). p. 19.

A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história. (...) Não se quantifica o assujeitamento. (...) Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. (...) o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. p. 19.

Há um efeito ideológico elementar pelo qual o sujeito, (...) coloca-se na origem do que diz. (...) Pelo deslocamento proposto por (...) Pêcheux (...), fazendo intervir a ideologia na relação com a linguagem, o teatro da consciência (...) é observado dos bastidores. (...) supõe-se uma articulação entre ideologia e inconsciente em que se pode observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas respectivamente como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, (...) este último (...) como (...) “nas quais se constitui o sujeito”. (...) a evidência da existência espontânea do sujeito (como origem e causa de si) é aproximada de (...) a evidência do sentido (ilusão da literalidade). p. 20.

A ideologia é um ritual com falhas e a língua não funciona fechada sobre si mesmo: abre para o equívoco. (...) a história é história porque os fatos reclamam sentidos (...) perante um sujeito que está condenado a interpretar (significar). p. 20.

(...) a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos (...) Porque é histórico é que muda e é porque é histórico que se mantém. (...) Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso. A determinação não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica. p. 20.

O sujeito moderno é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado pela exterioridade e determinante do que diz (...) que lhe garantem, (...) sua impressão de unidade e controle de sua vontade (...). p. 20-21.

7. Esquecimentos

Na análise de discurso temos duas formas de esquecimento. (...). p. 21.

O esquecimento número 1 é o que dá conta do fato que o sujeito (...) não pode, (...) se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. (...) Pelo esquecimento número 1 é que tem a ilusão de ser a origem do que diz. p. 21.

(...) é chamado esquecimento ideológico e é inconsciente. É da ordem de constituição do sujeito e do sentido. p. 21.

O esquecimento número 2 é da ordem da formulação. O sujeito esquece que há outros sentidos possíveis. (...) tudo aquilo que ele podia dizer, mas não disse. Esse esquecimento não é (...) inconsciente (...). Esse esquecimento é chamado (...) enunciativo. Ele produz a impressão da realidade do pensamento, como se houvesse uma relação termo a termo entre o que digo, o que penso e a realidade a que me refiro. p. 21.

8. Memória Discursiva

A memória discursiva é trabalhada pela noção de interdiscurso: “algo fala antes, em outro lugar e independentemente”. p. 21.

Segundo (...) Courtine (...) podemos pensar em dois eixos: o da constituição do dizer, [eixo y] (...). E o (...) da formulação [eixo x] (...) todo dizer se dá no cruzamento do que chamamos constituição e formulação. (...) a constituição (...) determina a sua formulação. p. 21.

Situamos a memória (...) no eixo vertical [y]: são enunciações que se estratificam (...) de tal maneira que qualquer formulação se dá determinada pelo conjunto das (...) já feitas. (...) há uma particularidade que define a natureza da memória discursiva: (...) [ela] é constituída pelo esquecimento. p. 21.

(...) [a] palavra significa não apenas o que temos intenção de dizer, mas também pela memória de que ela está impregnada e que, (...), desconhecemos. (...) mais um elemento que mostra que não temo o controle de como os sentidos se formam em nós, sujeitos. (...) todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido (...) sua memória. A esse conjunto (...) damos o nome de interdiscurso. p. 21.

9. Texto e Discurso

(...) a unidade de análise de discurso é o texto. E o texto é uma unidade significativa. p. 22.

Para ser texto é preciso ter textualidade. (...) é função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade. É pensando a relação do texto com sua exterioridade que podemos pensar não a função do mas seu funcionamento. p. 22.

Não são as palavras que significam mas o texto. Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, (...) é uma (...) textualizada. p. 22.

O texto é um objeto linguístico-histórico. (...) é (...) um processo que se desenvolve de múltiplas formas em determinadas situações sociais (...). p. 22.

(...) de sua apresentação empírica, um texto é um objeto com começo, meio e fim, mas (...) como discurso reinstala-se (...) sua incompletude. (...) o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira (...). p. 22.

(...) historicidade do texto nada tem a ver com (...) dimensão temporal (...). (...) são os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, seu funcionamento. (...). p. 22.

(...) só se pode pensar uma temporalidade se for uma (...) interna (...). (...) a temporalidade do texto. (...) a historicidade do texto, (...) compreender como a matéria textual produz sentidos. p. 22-23.

(...) há uma ligação entre a história lá fora e a historicidade do texto, (...) mas ela não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo a termo. p. 23.

Pela análise da historicidade do texto, (...) seu modo de produzir sentidos, podemos falar que (...) pode ser (...) e na maioria das vezes (...) é – atravessado por várias formações discursivas. (...) [o] que chamo heterogeneidade do discurso. Discursivamente, (...) um texto não é homogêneo. p. 23.

10. A função discursiva autorais

(...) o discurso está para o texto assim como o sujeito está para o autor. (...) um sujeito no discurso, no texto (...) é um autor. Essas relações têm a ver com a ligação entre unidade e dispersão. De um lado, a dispersão do discurso e do sujeito, de outro, a unidade imaginária do texto e do autor. p. 23.

Foucault (...) considera (...) o autor como princípio de agrupamento do discurso, (...) o núcleo de sua coerência. (...) responsável pelo texto que produz. Passamos (...) da noção de sujeito para a de autor. Se a noção de sujeito (...) uma posição discursiva (...) a de (...) autor já é uma função da noção sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito da continuidade do sujeito. A partir daí (...) procuramos estender a noção de autoria (...) enquanto função discursiva do sujeito, distinta da de enunciador e de locutor. (...) Para nós, a função autor se realiza toda vez que o produtor de linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade (...). (...) afetada pela responsabilidade social: o autor responde pelo que diz ou escreve, pois é suposto estar em sua origem. Assim estabelecemos uma correlação entre sujeito/autor e discurso/texto (entre dispersão/unidade etc.). p. 23-24.

(...) a função autor é tocada (...) pela história: o autor consegue formular, (...) e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. (...) O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor, ele produz um evento interpretativo. p. 24.

(...) repetição empírica: (...) (efeito papagaio); (...) repetição formal: (...) repetição histórica: a que inscreve o dizer no repetível (...) enquanto memória constitutiva (...). É assim que sentido, memória e história se intrincam na noção de interdiscurso. p. 24.

Sem a inscrição da língua na história (memória discursiva) não há significação. p. 24.

11. Interpretação

(...) tem a ver com a questão da ideologia. p. 24.

(...) duas estâncias: a) como parte da atividade do analista e b) enquanto parte da atividade do sujeito. p. 24.

(...) Na análise de discurso, a linguagem não é transparente, e interpretar não é atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, (...) explicar como um objeto simbólico produz sentidos. p. 24.

(...) O que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir sítios de significação (...). p. 24.

É através do modo como trabalha a interpretação que a análise de discurso desloca-se de uma perspectiva sociológica de ideologia para uma outra (...). A ideologia não é assim um conteúdo “x”, mas o mecanismo de produzir “x”. p. 25.

Uma concepção discursiva de ideologia estabelece que, como os sujeitos estão condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, (...) aparecem como universais (...). Disso resulta a impressão do sentido único e verdadeiro. p. 25.

Um dos efeitos ideológicos está (...) no momento mesmo em que se dá, a interpretação se nega como tal. (...) o sujeito (...) em plena atividade de interpretação, (...) faz como se o sentido estivesse nas palavras – e não na inscrição das palavras em formações discursivas – apagando-se assim suas condições de produção (...) a exterioridade [que] constitui. (...) a interpretação aparece para o sujeito como transparência, (...). p. 25.

Não se pode (...) excluir do fato linguístico o equívoco como fato estrutural (...). p. 25.

O processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso. (...) representa a saturação, (...) produz o efeito de “evidência”, (...) sobre o já-dito, (...) admitidos por todos como “naturais”. (...) na ideologia não há ocultação de sentidos mas apagamento do processo de sua constituição. p. 25.

(...) há, como diz (...) Pêcheux (...) uma divisão social do trabalho da leitura, (...) a) o modo literário e b) o modo científico (...). p. 25.

12. Dispositivos da interpretação

(...) dois tipos: (...) teórico e (...) analítico (...). O dispositivo teórico é constituído pelas noções e conceitos (...) os princípios da análise de discurso (...). O (...) teórico vai determinar o (...) analítico. (...) faz o deslocamento de uma leitura tradicional para uma (...) sintomática (...) que coloca em relação o dizer com outros dizeres e com aquilo que ele não é mas poderia ser. p. 26.

O (...) analítico (...) é o (...) que cada analista constrói em cada análise específica. p. 26.

Feita a análise, o analista vai interpretar o texto, (...) à luz da teoria do discurso (...) a que ele se filia. A isto chamamos compreensão. (...) o analista tem como finalidade compreender o processo de produção de sentidos instalado por uma materialidade discursiva. p. 26.

(...) todo sujeito interpreta a partir de um dispositivo ideológico (...). É, no entanto, a possibilidade de contemplar o movimento da interpretação, de compreendê-lo, que caracteriza a posição do analista. (...) com esses dispositivos (o teórico e o analítico), ficamos sensíveis ao fato de que a descrição está exposta ao equívoco e o sentido é suscetível a tornar-se outro. O que se espera do dispositivo teórico é que ele produza um deslocamento que permita que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas. (...) que ele não se inscreva em uma formação (...) mas entre em relação crítica com o conjunto complexo das formações. E o dispositivo analítico deve oferecer procedimentos (...) para que ele possa explicitar isso. p. 26.

13. Efeito metafórico

(...) O trabalho do analista (...) é mostrar como funciona um objeto simbólico, (...). p. 27.

(...) a definição de efeito metafórico situa a questão do funcionamento na relação do discurso com a língua. (...). M. Pêcheux (...) vai chamar efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, (...). (...) efeito característico das línguas naturais, por oposição (...) às (...) artificiais. (...) O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da própria língua (natural). p. 27.

Em consequência, quando se trata de língua natural não há metalinguagem. (...) “Todo enunciado é (...) suscetível de torna outro, (...) para deslocar discursivamente de seu sentido para (...) um outro (...). A metáfora, (...) é assim constitutiva do sentido. O conjunto desses deslizos (...) instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas e são o vestígio da historicidade. (...) a relação entre língua e discurso: a língua pensada como “sistema sintático (...) e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (...). p. 27.

O modo de conceber (...) o efeito metafórico como constitutivo do funcionamento discursivo, liga-se ao modo de se conceber a ideologia, discursivamente. Em termos de interpretação, isso nos aponta para o “discurso duplo e uno”. (...) Essa duplicidade (...) envolve a questão do equívoco. (...) esse equívoco é trabalhado como a questão ideológica fundamental, pensando a relação do discurso à língua e a da ideologia ao inconsciente. p. 27.

É ainda o efeito metafórico, (...) o deslizamento de um enunciado em outro, (...). p. 27.

(...) o sentido é sempre relação a. p. 28.

14. Finalizando

A análise de discurso aponta, (...) para novas maneiras de ler, (...). (...) trabalha com as relações de poder simbolizadas. Não há dizer que não seja político, (...). (...) não trabalha com sentidos ou sujeitos idealizados, mas materialmente constituídos por suas relações com a sociedade e a história. p. 28.

Como todo dizer está sustentado pela tensão (...) entre paráfrase (...) e a polissemia (...), estamos sempre nos deslocando, (...) entre a repetição e a diferença, sem (...) os limites entre ambos pois esta é uma relação contraditória (...). (...) Com o discurso, habitamos (...) uma pluralidade de versões (...) possíveis (...). Cabe ao analista, com seus dispositivos, examinar, (...) quais são mais prováveis, (...). Sem fechar (...) pois (...) o discurso é caracterizado pela incompletude (...). Não há uma origem dos sentidos e dos sujeitos e eles estão em constante movimento na história. É este movimento o objeto de observação do analista, (...), num vai-e-vem (...) entre a descrição e a interpretação. p. 28.

(...) uma escuta (...) que tem como característica ouvir no que é dito (...) o que não é dito e o que deve ser ouvido por sua ausência necessária. (...) compreensão em análise de discurso (...) o movimento pelo qual aprendemos o processo de produção dos sentidos e dos sujeitos. p. 28.